



DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ
Rua Eliezer Levy, Nº 1157 - Bairro Centro - CEP 68900-083 - Macapá - AP - defensoria.ap.def.br

SOLICITAÇÃO - DPEAP/ESUDPE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ

Na qualidade de Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amapá (ESUDPE), submeto à análise de Vossa Excelência a solicitação de contratação do palestrante Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Teodoro Silva Santos, para atuar na IV Semana Jurídica da Defensoria Pública, evento cujo eixo temático é "Direitos Humanos, Inovação e Transformação Social". A palestra tem por objetivo examinar a jurisprudência mais dos Tribunais Superiores acerca do eixo temático proposto, está programada para o dia 22 de maio de 2026, às 18:00 horas, em formato presencial.

A contratação fundamenta-se no dever institucional de promover a educação em direitos humanos e a defesa de direitos individuais e coletivos para o aprimoramento técnico de seus membros, servidores, estagiários e promoção da educação jurídica aos cidadãos conforme previsto no Art. 134 da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994 e, especificamente, na Lei Complementar Estadual nº 121/2019, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Amapá.

Destacamos que a proposta do palestrante engloba seus honorários, devendo a Defensoria Pública arcar com passagens aéreas e hospedagens. O pagamento deverá ser efetuado à pessoa jurídica do INSTITUTO EDUCACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS TEMA LTDA (CNPJ: 60.711.783/0001-43). Conforme documento anexo.

Diante do exposto, submeto o pleito à vossa autorização e requeiro em caso de deferimento o encaminhamento imediato aos setores administrativo e financeiro para os procedimentos e trâmites que se façam necessários para formalização da contratação.

Estes são os termos,

Em que espera deferimento.

JEFFERSON ALVES TEODÓSIO

**Diretor da Escola Superior
Defensoria Pública do Amapá**



Documento assinado eletronicamente por **jefferson alves teodosio**, Defensor Público, em 02/03/2026, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0195817** e o código CRC **F3B637F7**.
